



Ministério da Educação e Cultura - MEC
Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus - SEPS
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL

A atuação do MOBRAL no Programa Pré-Escolar

1982



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
João Figueiredo

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Rubem Ludwig

PRESIDENTE DO MOBRAL
Claudio Moreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MOBRAL
Terezinha Saraiva

**Ministério da Educação e Cultura
Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização**

A Atuação do Mobral no Programa Pré-Escolar

**Rio de Janeiro
1982**

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
Programa Pré-Escolar

A atuação do MOBRAL no
Programa Pré-Escolar

FICHA CATALOGRÁFICA
(Preparada pela Fundação Movimento Brasileiro de
Alfabetização. DIMAP/SEDIN)

F981 Fundação Movimento Brasileiro de
Alfabetização.
A atuação do MOBRAL no programa
pré-escolar. Rio de Janeiro, 1982.
16p. 27cm.

1. EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR. I. Título.

82-2

CDU: 372
CDD: 372.21

1. introdução

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar o contexto histórico e teórico da educação infantil no Brasil, bem como analisar o papel do Ministério da Educação (MEC) na implementação de políticas públicas para a educação das crianças de 0 a 6 anos.

Para isso, foram consultados diversos documentos oficiais, incluindo o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Educação Infantil (PNEI), além de artigos científicos e livros que abordam o tema.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender a evolução das ideias e práticas educacionais ao longo do tempo.

Espera-se que este trabalho contribua para a reflexão sobre a importância da educação infantil e para a implementação de políticas mais eficazes e inclusivas.

2. o pré-escolar e a realidade brasileira

A educação infantil no Brasil passou por um longo processo de transformação, desde o modelo tradicional de creche até o modelo contemporâneo de educação integral. Este capítulo discute as condições reais de acesso e qualidade da educação para as crianças brasileiras.

Embora o Brasil tenha alcançado avanços significativos na expansão da educação infantil, ainda persistem grandes desigualdades regionais e sociais, afetando especialmente as crianças de famílias de baixa renda.

É necessário que o Estado continue investindo em políticas públicas que garantam o acesso universal e de qualidade à educação das crianças.

Além disso, é fundamental fortalecer a atuação dos profissionais da educação infantil, promovendo sua formação continuada e valorizando seu trabalho.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de uma abordagem pedagógica que respeite a individualidade de cada criança e promova seu desenvolvimento integral.

Conclui-se que a educação infantil é um direito fundamental de todas as crianças e deve ser garantida pelo Estado brasileiro.

Este trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a importância da educação infantil e para a implementação de políticas mais eficazes e inclusivas.

Espera-se que este trabalho contribua para a reflexão sobre a importância da educação infantil e para a implementação de políticas mais eficazes e inclusivas.

sumário

1. introdução/5
2. o pré-escolar e a realidade brasileira/5
3. medidas governamentais/6
4. o papel do MEC/8
5. a ação do MEC no pré-escolar/9
6. os objetivos do programa/11
7. estratégia operacional/11
8. conclusão/15
- bibliografia/16

1. introdução

O MEC elegeu a educação básica como sua meta prioritária e nela entendida a educação pré-escolar. Reconheceu, assim, a importância desta etapa no processo de vida do ser humano, ao qual se deve propiciar — através de atendimento e estímulo — condições de desenvolver o processo pessoal e educar-se.

O MOBRAL foi redirecionado a partir de 1981, tendo sua ação voltada, prioritariamente, para a educação pré-escolar, com o objetivo de proporcionar à criança proveniente das populações carentes, oportunidades de vivenciar situações e de realizar atividades que contribuam para o seu desenvolvimento global.

Aproveitando a larga experiência de trabalho com comunidades carentes e de suas propostas de educação não formal, o MOBRAL respondeu à convocação ministerial.

O trabalho de educação pré-escolar da criança de comunidades de baixa renda, coloca o MOBRAL diante dos seguintes desafios:

1 — respeitar-lhe a origem, a linguagem, os valores, o ambiente, sem negar-lhe, entretanto, o acesso à linguagem, aos valores e a todos os bens da cultura dominante;

2 — atender à exigência de qualidade, face ao grande número de crianças a serem atendidas;

3 — desenvolver uma metodologia didático-pedagógica complementada com atendimento nutricional e médico.

No seu trabalho, o MOBRAL desenvolve ações no sentido de que a clientela atendida (4 a 6 anos) tenha a sua absorção garantida pelo sistema de ensino, ao completar 7 anos.

Para o MOBRAL, a educação pré-escolar só será possível no contexto de uma ação intersetorial, em que se garantam as condições biopsicossociais para a ação educativa. Daí, a necessidade de se desenvolver uma metodologia de trabalho que tem seu início e se dinamiza constantemente pela ação comunitária, compreendida como participação da população, das instituições, dos organismos e das associações de grupos locais.

2. o pré-escolar e a realidade brasileira

Desde seu nascimento, o ser humano está influenciando e sendo influenciado pelo meio ambiente. Esta troca é de extrema importância, pois é a partir dela que se dará o desenvolvimento da criança. A primeira relação que a criança estabelece com o mundo se faz por meio da mãe. Com o tempo, as relações se ampliam à família, bem como a outros grupos — vizinhos, escola,

comunidade, etc.

Os primeiros anos de vida de uma criança são marcados por transformações rápidas e importantes. Dessa forma, o período de 0 a 6 anos é fundamental no processo de evolução do ser humano. Isto porque é nessa fase que acontecem as principais etapas da formação

da personalidade, do desenvolvimento motor e do desenvolvimento da linguagem, entre outros aspectos.

Diante disso, pode-se concluir que atender ou educar a criança, em seus primeiros anos de vida, é tarefa urgente, inadiável, porque consiste em atender necessidades e interesses de um ser em constante mudança, no momento em que estas mudanças são fundamentais para toda a sua vida.

De acordo com o Censo de 1980, a população brasileira é formada, aproximadamente, de 120 milhões de habitantes, dos quais cerca de 24 milhões são crianças de 0 a 6 anos. Destas, apenas pouco mais de 1 milhão — ou seja, 5% das crianças nessa idade — recebe algum tipo de atendimento.

É comprovado que esse atendimento, nem sempre adequado, está direcionado à população de maior renda, que, em sua grande maioria, frequenta jardins de infância da rede particular, a custos bastante elevados.

Assim, a maior parte das crianças da população de baixa renda permanece sem atendimento.

Filhas de pais mal-alimentados, moradoras de locais sem condições mínimas de sobrevivência, tais crianças estão mais expostas a doenças, considerando-se, entre outros fatores, que a má alimentação e a falta

de assistência médica agravam tal fato.

A criança, proveniente de população de baixa renda, desde cedo passa por experiências, nem sempre positivas, que, reconhecidamente, provocam o precoce amadurecimento para a vida. Estas experiências, no entanto, não lhe permitem um desenvolvimento harmonioso, nem oferecem as condições indispensáveis e preparatórias para o tipo de atuação exigida pelas diferentes situações de vida, inclusive pela escola.

Assim é que a educação pré-escolar, por meio de apoio e estímulo, deverá proporcionar à criança, a oportunidade de experimentar situações e realizar atividades — de acordo com o meio em que vive — que contribuam para o processo de desenvolvimento pessoal.

Ao falar na educação pré-escolar, é necessário pensar, também, em uma ação que envolva diversos setores do Governo, e não apenas o da educação, uma vez que se deverá atender a uma criança desnutrida, que tem doenças, que vive em lugares insalubres e que, muitas vezes, pertence a uma família desagregada.

Além disso, o processo de educação pré-escolar deve abranger também a família e toda a comunidade, levando-as a entenderem a importância da pré-escola, e mobilizando-as para a participação no processo de educação das crianças.

3. medidas governamentais

A Lei 5.692/71 manifestou a preocupação governamental com o pré-escolar. Em seu artigo 19, parágrafo 2º, a citada Lei ressalta que “os sistemas de ensino velarão para que as crianças, de idade inferior a sete anos, recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”

A mesma Lei, em seu artigo 61, recomenda

que os sistemas estimulem “as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de sete anos, a organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda o ensino de 1º grau”.

Também o Conselho Federal de Educação, desde 1974, vem manifestando sua

preocupação com a educação pré-escolar, emitindo diversos pareceres e estudos de grande relevância sobre a questão.

Percebe-se, porém, uma acentuada diferença entre o previsto na legislação — no tocante à importância da educação pré-escolar — e a realidade dos serviços de fato prestados.

Fica, portanto, evidente a necessidade imperiosa de uma ação específica em favor do pré-escolar.

Em face disto, o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos — 1980 a 1985 — define a importância da educação pré-escolar no país: “Considerando a necessidade de um atendimento global e efetivo ao pré-escolar e reconhecendo ainda sua influência decisiva no aproveitamento posterior do aluno, principalmente nas primeiras séries do 1º grau, propõe-se a melhoria e a intensificação da oferta dos serviços de educação pré-escolar, especialmente dirigida à população de baixa renda. Os aspectos pedagógicos devem estar, obviamente, associados a todos os outros fatores que condicionam o desenvolvimento da criança, particularmente àqueles relacionados a carências sócio-econômicas, tais como nutrição, saúde, emprego e renda”.

Conseqüentemente, o Ministério da Educação e Cultura, em sua programação para 1982, apresenta as “Diretrizes para Planejamento”, estabelecendo como prioridade na área de educação básica o “início do processo de implantação progressiva de um sistema nacional de pré-escolar, de orientação necessariamente intersetorial, tendo como objetivo principal suprir carências anteriores que obstaculizam o acesso ao 1º grau”. Acentua, ainda, nessas Diretrizes, o “apoio a instrumentos de Promoção Social, atendendo a populações e regiões carentes, dentro da ótica participativa e descentralizada, no que se refere à merenda, ao material didático e a esquemas de financiamento a estudantes”.

Para atender a tais diretrizes, o MEC:

a) criou uma Coordenação de Educação

Pré-Escolar - COEPRE — com o propósito de desenvolver e coordenar um Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, por meio das Secretarias de Educação dos Estados, Territórios e DF, pretendendo estabelecer bases para o planejamento em cada Unidade Federada;

b) articulou-se com os diversos órgãos dos Ministérios que desenvolvem atividades de assistência a crianças menores de 7 anos, por meio de encontros e seminários;

c) efetivou estudos, com estimativa de custos, para a expansão da rede física dos Centros de Educação Pré-Escolar. Esta expansão foi prevista por meio de uma ação complementar ao aproveitamento de espaços e horários ociosos ou subutilizados, nos estabelecimentos pré-escolares e de 1º grau, bem como na comunidade;

d) estendeu a ação do Instituto Nacional de Assistência ao Estudante-INAÉ — ao pré-escolar.

Além dessas medidas, o MEC inseriu o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF — órgão vinculado à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau — prioritariamente, na área do pré-escolar, para promover a educação de crianças de 4 a 6 anos, sem abandonar a educação de adolescentes e adultos.

Fica evidente, portanto, que o plano de atendimento ao menor da faixa de 0 a 6 anos deve ser considerado tarefa importante, a ser realizada agora, duplicando-se programas e agências portadoras de serviços desse tipo, com a concentração dos recursos financeiros, humanos e materiais, já existentes. Isso significa que as Entidades do Governo, que atuam na área social, devem procurar participar do Programa Nacional de Pré-Escolar, através de recursos humanos, materiais e financeiros.

Na verdade, uma ação que não pode — e não deve — ser assumida unicamente por instituições governamentais, necessita ter seu apoio em outros recursos comunitários. Tais ações não devem surgir de fatores externos à

vida, à cultura, ao meio social da criança, importando que as comunidades participem, conscientes de que a ação programada representa uma resposta às suas necessidades.

Por ser uma questão complexa e que envolve milhões de crianças em todas as localidades do Brasil, nenhum esforço isolado de atendimento à infância resolverá o problema,

por mais bem intencionado que seja.

Desta forma, o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar deve ser flexível, descentralizado, intersetorial, articulado com os demais órgãos — a nível nacional, estadual e municipal — e promotor de ações que permitam atender às aspirações da clientela a ser atingida.

4. o papel do mobral

O Ministério da Educação e Cultura — MEC, em suas diretrizes, afirma a necessidade de fazer com que as ações educativas atendam aos anseios da população, considerando — com relação à educação pré-escolar — que essa educação só pode acontecer atendendo as diferenças de realidade de cada lugar.

Tornou-se necessária, também, uma integração entre os diversos órgãos e entidades para conhecer pontos comuns nas suas diretrizes, voltados para o atendimento à criança em idade pré-escolar. Esta integração facilitaria o desenvolvimento de ações locais, municipais e estaduais e territoriais, em benefício da criança e da comunidade.

Considerando que a ação educativa, vista como ação comunitária, já faz parte da experiência do MOBREAL, este foi orientado pelo MEC para participar, como um dos responsáveis, na busca de soluções para a expansão do atendimento educacional ao pré-escolar.

Desta forma, o MOBREAL passou a desenvolver ações voltadas para o pré-escolar, atendendo, prioritariamente, a população de 4 a 6 anos. Não abandonou, porém, a população que já participava de seus programas — os adolescentes a partir dos 15 anos e adultos.

Justifica-se a importância da educação dos adolescentes e adultos, de forma simultânea ao da educação de crianças, na medida em

que:

— permite a integração da família com a escola;

— os pais participam da educação dos filhos, buscando meios de cooperar com a escola;

— o programa com as crianças torna-se mais próximo à sua vida, cultura, realidade;

— o trabalho com as crianças vai ter um apoio familiar, e as atividades realizadas pelos monitores serão mais bem entendidas pelos pais;

— é a família o grande referencial da criança, a unidade social básica para o seu desenvolvimento. E o processo educativo, por ela vivenciado em sua vida familiar, deve ter continuidade na escola.

Para tanto, os programas da Instituição foram repensados, de modo que servissem de apoio e complementação ao trabalho realizado com as crianças.

Mas, para que se possa melhor compreender o trabalho com o pré-escolar e a população adulta, torna-se necessário fazer alguns comentários sobre o significado de educação.

Quando se fala em educação, pensando em seu sentido mais amplo, que envolve a comunidade e as instituições, deve-se refletir sobre os papéis de educador e educando.

Geralmente, as instituições são lembradas apenas como educador e a população, como educando.

No entanto, a população não participa apenas como educando. Ela pode e deve ser também educador, em sua relação com as instituições.

Isto porque, com o conhecimento de sua história de vida, de sua prática cotidiana, ela sabe o que quer, indicando como e para onde ir.

Do mesmo modo, a instituição entra não só como educador, mas também como educando, aprendendo com a comunidade aquilo que ela conhece, sabe e compreende.

Um relacionamento como esse permitirá que as ações educativas se tornem diferentes, adequadas à realidade de cada local. Tal relacionamento vai permitir, também, que a população possa participar da administração das ações realizadas.

Quanto maior for a participação da população, nas decisões sobre as ações a serem realizadas por ela e pelas instituições, menor o grau de imposição dessas instituições.

O conteúdo da educação se dá pela troca dos conhecimentos do educador e os conhecimentos do educando. Esse conteúdo a ser trabalhado é a cultura, a linguagem, os valores, o ambiente, os hábitos, a maneira de

ser e de viver do educador e dos educandos.

Quando a instituição estiver realizando a sua função de educador, deve colocar a serviço da população programas, projetos, material didático, metodologia, que não devem ser encarados como meros instrumentos a serviço da transmissão de conhecimentos. Devem ser instrumentos de apoio, de ajuda, a serem trabalhados pela população, contribuindo para que ela produza uma proposta educativa, mais próxima às suas formas de vida e aos seus interesses.

A instituição, no papel do educador, por mais que se identifique com a população, deve evitar a atitude de definir, por ela, seus interesses. Isto porque, a instituição é um elemento externo e não tem conhecimento nem vivência suficientes para saber, de fato, o que a comunidade quer, como e para onde quer ir.

Enquanto educando, a instituição reconhece as suas limitações e acha importante conhecer o "saber" da população. A instituição, como educando, reconhece que pode aprender com a população e que é necessário procurar adequar a metodologia do trabalho à cultura local, isto é, às formas de vida e de organização, já criadas pela comunidade. Isto não significa que deixa de haver transmissão de conhecimento, de parte a parte, na medida em que for manifestado o desejo, a necessidade, de um ter acesso ao conhecimento do outro.

5. a ação do mobral no pré-escolar

Quando se diz que o homem é criador, quer-se dizer que esta sua capacidade deve ser estimulada desde a infância, para que sua criatividade encontre as condições ótimas de desenvolvimento.

Deste modo, qualquer ação de atendimento à criança deverá apresentar, como princípio, a

crença nessa capacidade e o respeito a qualquer expressão de criação, por mais simples que possa parecer. Assim, um dos objetivos finais desta ação será o de favorecer o desenvolvimento de um indivíduo capaz de se expressar de diferentes maneiras, de ter originalidade e de transformar o meio em seu benefício. Por outro lado, sabe-se que a

educação é uma atividade social global. Portanto, o verdadeiro sentido da educação pré-escolar deve ser o de contribuir para o desenvolvimento global da criança, de modo que ela desenvolva todas as suas potencialidades e viva as características do período de desenvolvimento por que está passando. Da qualidade dessa vivência nos primeiros anos de vida, dependerá o desenvolvimento do indivíduo nas etapas seguintes.

Considera-se que a criança, vivendo uma educação baseada nas suas experiências e na sua cultura e que lhe possibilite ser livre, mas ao mesmo tempo sentindo-se membro de um grupo, terá maiores possibilidades, no decorrer de sua vida, de encontrar alternativas para seus problemas, os problemas de seu grupo e de sua comunidade.

Assim, esta ação educativa deverá:

- partir da cultura local e do conhecimento sobre os recursos sociais e materiais existentes, objetivando mudanças construídas com a participação dos grupos a que pertencem as crianças;

- levar em conta, primordialmente, o estado nutricional e de saúde das crianças;

- apoiar-se na família e na comunidade em geral, como ponto de partida para o trabalho educativo, visando à continuidade do processo de educação nos lares e no meio ambiente da criança;

- criar condições para que as atividades desenvolvidas com as crianças sejam cada vez mais ricas em possibilidades de expressão, conhecimento e transformação criadora;

- visar sempre ao respeito, à orientação e apoio ao trabalho infantil. Para isso, é preciso que se conheçam os interesses, possibilidades e necessidades de cada criança, levando em conta o nível de desenvolvimento de cada uma;

- assumir uma atitude de respeito pela criança e por suas iniciativas;

- aproveitar ao máximo todos os recursos que a comunidade possa oferecer;

- estar voltada para um ambiente de cooperação e companheirismo;

- possibilitar à criança a superação de suas dificuldades, jamais sendo enfatizadas suas deficiências.

O sucesso desta ação educativa, no entanto, depende de alguns fatores, a saber: (1)

- a importância da participação da família e da comunidade no programa educacional, já que a família é o centro da vida da criança. Esta participação promove tanto a integração entre o programa de educação e a família e a comunidade, quanto uma ação educativa da pré-escola durante as 24 horas do dia;

- o aproveitamento máximo do ambiente físico e cultural, nas atividades de conhecer e criar. O contato da criança com o meio natural (praias, campos, parques, árvores, água, céu, etc.) tem o poder de fazê-la descobrir a natureza, de chegar ao conhecimento das coisas que são importantes à sua vida infantil, além de contribuir para libertá-la, um pouco do ambiente de casa, muitas vezes, com pouco espaço, pouco ventilado e com excesso de moradores, como é freqüente acontecer nas famílias de baixa renda, de zona urbana;

- uma atitude criadora e estimuladora, por parte dos adultos, que criam um ambiente alegre, espontâneo e feliz entre eles e as crianças;

- o amor como elemento principal entre todos os demais fatores. Ele inclui os sentimentos de aceitação, compreensão e afeto à criança. A uma formação teórica e prática dos educadores, devem somar-se o amor e o interesse pela criança, a disposição pessoal de trabalhar com ela e vê-la crescer feliz;

- a ação educativa centrada na criança, nos seus interesses e necessidades. A criança é o

1) Adaptação do texto "Fatores de Qualidade na Educação Pré-Escolar", de Vidal Didonet. Brasília, DF, abril de 1981.

primeiro agente de sua própria educação. Na medida em que esta é um processo de desenvolvimento a partir do seu interior, os elementos externos contribuem, ora criando,

ora estimulando, provocando e apontando caminhos. A verdadeira educação — mesmo a pré-escolar — é aquela que conduz à liberdade de pensamento e ação: a autonomia.

6. os objetivos do programa

Objetivos Gerais

- Promover o desenvolvimento global da criança, nos aspectos físico, psicológico, social e intelectual.
- Favorecer à criança, à família e à comunidade, através de um trabalho educativo, o acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade.
- Propiciar o desenvolvimento da autoconfiança, autodisciplina e capacidade crítica da criança, possibilitando uma atuação autônoma em seu meio.

Objetivos Específicos

- Propiciar à criança atendimento nutricional e médico-sanitário, por meio de entendimentos com a família e através da ação conjunta com a comunidade e entidades.
- Propiciar à criança situações que lhe permitam vivenciar, a cada dia, a prática de hábitos higiênicos, num trabalho conjunto com a família.

— Propiciar à criança a realização de atividades psicomotoras, que a levem a:

- vivenciar situações que estimulem o desenvolvimento dos sentidos para diferenciar as partes do próprio corpo e exercer controle sobre elas;
- vivenciar, através do conhecimento do próprio corpo em relação aos objetos, a organização espacial e temporal (noções de localização no espaço e de tempo).

— Propiciar à criança a realização de atividades que desenvolvam a expressão e a comunicação.

— Propiciar à criança a realização de atividades que lhe possibilite estabelecer relações entre os objetos (semelhança e diferença, classes, séries e conceitos de número).

— Propiciar à criança situações socializadoras, não só através do trabalho nas unidades de pré-escolar, mas também em seu meio, para que ela tenha oportunidade de conviver com outras crianças.

7. estratégia operacional

O MOBREAL atuará na área do pré-escolar, desenvolvendo ações complementares e suplementares. Ambas as formas de atuação estarão sempre orientadas no sentido de sensibilizar as comunidades, principalmente as famílias, para a importância deste trabalho.

A ação complementar, desenvolvida pelo MOBREAL na área de educação pré-escolar, será de reforço e apoio às ações que já vêm sendo realizadas pelos sistemas de ensino e outras entidades.

Com o objetivo de possibilitar a atuação do MOBRAL neste sentido, serão assinados convênios com Secretarias de Educação e demais instituições, definindo sua participação nas propostas educativas existentes, e tendo sempre em mente:

— que a ação complementar visa a aumentar o número de crianças atendidas pelas instituições;

— que as crianças possam ingressar nas escolas, ao completarem 7 anos;

— que há outras possibilidades de complementação ao trabalho com o pré-escolar: envolvimento dos pais, famílias e comunidade nos programas de educação de adultos.

Na linha suplementar, a atuação do MOBRAL se dará em locais onde ainda não haja ações educativas para a faixa etária do pré-escolar e/ou onde as Secretarias de Educação não tenham conseguido atender à demanda. Gradativamente, o MOBRAL irá transferindo tal execução às instituições e às comunidades. Para que isto ocorra, é indispensável, desde o início, a participação da comunidade na organização do trabalho.

É importante ressaltar que, também na linha de ação suplementar, o MOBRAL deverá integrar-se com as Secretarias de Educação, uma vez que o sistema de ensino terá de se preparar para receber as crianças, quando atingirem a faixa de obrigatoriedade escolar.

Qualquer que seja a linha de atuação — complementar ou suplementar — necessário será atender à quantidade, garantindo a qualidade.

E esta qualidade estará assegurada, quando se considera a elevada importância das condições para o trabalho com o pré-escolar, quais sejam:

— a participação da família e da comunidade, antes mesmo de iniciar o trabalho;

— o respeito aos interesses da criança e ao ambiente em que ela vive;

— a satisfação das necessidades básicas de saúde, alimentação, higiene e, também, das necessidades emocionais, sociais, intelectuais e de segurança;

— o número adequado de crianças, por monitor;

— a adequação e o aproveitamento de espaços físicos para a realização das atividades;

— a criação de um ambiente simples, livre e amplo, utilizando materiais que possam estimular a curiosidade e a criatividade da criança;

— a utilização de materiais disponíveis na comunidade, contribuindo para a valorização da cultura local.

1 — Formas de Atendimento ao Pré-Escolar

A ação educativa, junto às crianças, será realizada por meio de Núcleos de Educação Pré-Escolar, de Grupos de Atendimento ao Pré-Escolar, e de outras formas de atividades de apoio ao pré-escolar, conforme as possibilidades locais.

Os NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR — NEPE — têm por objetivo realizar a educação pré-escolar. Para sua instalação, algumas exigências mínimas terão de ser cumpridas.

Quanto ao monitor

A seleção do monitor deverá ter como base alguns critérios:

— vivência da comunidade — importante será dar preferência aos elementos que pertençam (ou pelo menos conheçam) à comunidade, mesmo que não apresentem os níveis de escolaridade mais altos dentre os admitidos no

critério a seguir. Ao mesmo tempo, este monitor deverá ter experiência e gostar de trabalhar com crianças;

— nível de escolaridade, obedecendo à ordem de prioridade:

- estudos adicionais/habilitação magistério Pré-Escolar;
- 2º grau magistério completo;
- 2º grau magistério incompleto;
- 2º grau completo;
- 2º grau incompleto.

Ao monitor caberá, além do trabalho direto com as crianças, coordenar as atividades do Núcleo, sensibilizar e orientar as famílias e a comunidade para participarem do trabalho, enfatizando a importância de sua atuação no processo de desenvolvimento da criança.

Quanto ao local de funcionamento

Deverá apresentar as seguintes características:

— ter uma área coberta e arejada, com espaço adequado ao número de crianças atendidas;

— ter uma área descoberta, para atividades ao ar livre;

— ser um local que possua condições de segurança;

— ser um local que possibilite à criança adquirir e desenvolver hábitos de higiene.

Quanto à periodicidade de funcionamento

Será prestado, às crianças, um atendimento diário de 4 horas, sempre que possível.

Quanto ao número de crianças atendidas

Serão formados grupos de, no mínimo, 25 e, no máximo, 30 crianças.

Quanto ao atendimento alimentar

É indiscutível o papel que a alimentação assume no processo de desenvolvimento da criança, principalmente das que se encontram na faixa de idade pré-escolar. Em vista deste fato, está previsto um atendimento alimentar

às crianças dos NEPE, por meio de convênios com o INAE (Instituto Nacional de Assistência ao Estudante), Secretarias de Educação e outras entidades, devendo sempre ser considerados os diferentes tipos de alimento de cada região.

Quanto ao atendimento à saúde

É também indispensável a existência de um atendimento à saúde, tanto na área preventiva, quanto na curativa.

Na área preventiva, o atendimento se fará com o objetivo de possibilitar a manutenção das condições de higiene e saúde do grupo. Neste sentido, o cumprimento de um calendário de vacinação torna-se obrigatório.

Já na área curativa, o atendimento será sistemático, desenvolvido por profissionais ligados à saúde, conforme as condições e recursos disponíveis no local.

Os GRUPOS DE ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR — GAPE — terão como finalidade prestar um atendimento ao pré-escolar. Serão organizados onde não for possível o cumprimento das exigências mínimas para implantação de NEPE.

Assim, estabeleceram-se algumas diferenças básicas entre os critérios previstos para a formação de NEPE e GAPE.

Na seleção do monitor do GAPE, não se levará em conta o seu nível de escolaridade. Vale ressaltar, no entanto, que também o monitor do GAPE deverá apresentar experiência no trabalho com crianças e pertencer (ou conhecer) à comunidade.

Além de prestar um atendimento à criança, o monitor do GAPE deverá estar habilitado a desenvolver um trabalho com as famílias e a comunidade, assim como o monitor do NEPE.

Outra diferença fundamental, no GAPE, é quanto aos atendimentos alimentar e médico. Esses tipos de atendimento não constituirão critérios mínimos a que se deverá obedecer para a implantação de GAPE.

Importante salientar que, seja NEPE ou GAPE, torna-se necessária a preocupação com o constante aprimoramento da qualidade do trabalho desenvolvido.

É importante, também, que tanto nos NEPE como nos GAPE haja a participação da família (pais, responsáveis pelas crianças). Tal participação se dará:

— através das reuniões de pais para tratar de assuntos relativos às próprias crianças e administração dos NEPE/GAPE;

— nas atividades diárias dos NEPE/GAPE, por exemplo: brincar com as crianças, contar histórias, realizar excursões, fazer exercícios físicos, exercitar hábitos de higiene, planejar a merenda das crianças, acompanhar as crianças ao Posto de Saúde, principalmente nas épocas de vacinação, etc.;

— dando continuidade, nos lares e nos grupos de vizinhança, ao processo educativo que está sendo desenvolvido nos NEPE/GAPE;

— promovendo atividades comunitárias visando à melhoria dos NEPE/GAPE (recursos para manter, ampliar os NEPE/GAPE e materiais para utilizar nas atividades pedagógicas);

— através da organização dos pais em clubes, grupos, associações, etc. para reivindicarem e participarem de ações que visem à melhoria das condições do meio ambiente das crianças.

Além dos NEPE e GAPE, há outras formas de atividades de apoio ao pré-escolar, sempre visando à implantação de GAPE ou NEPE. Como formas de atendimento, consideram-se as promoções como ruas de lazer, crianças na praça, etc., para trabalhar, principalmente, com crianças de 4 a 6 anos, onde serão desenvolvidas atividades artísticas (pintura, modelagem, música, teatro, etc.), atividades de recreação (jogos, brincadeiras de roda, etc.) ou outras (gincanas, excursões, etc.).

Essas formas de atendimento podem ocorrer, por exemplo, em três situações:

— em comunidades que estejam em fase de mobilização para o trabalho com o pré-escolar. A formação dos grupos poderá despertá-las para a necessidade de atender às crianças;

— em comunidades onde já existam NEPE ou GAPE. A formação destes grupos servirá para aumentar as ofertas educativas às crianças em idade pré-escolar;

— em comunidades em que, embora conscientizadas sobre a importância da educação pré-escolar, não existe possibilidade imediata para a implantação de NEPE e/ou GAPE.

As atividades de apoio ao pré-escolar podem surgir a partir de grupos comunitários já existentes, sendo desenvolvidas por pais ou outros elementos da comunidade, sob a coordenação de um voluntário, que deverá:

— formar grupos que serão responsáveis pela execução das atividades com as crianças;

— discutir as necessidades das crianças;

— planejar as atividades a serem realizadas;

— solicitar a participação do MOBRAL;

— especificar o local, a periodicidade e o horário das atividades;

— reunir o grupo de pais e membros da comunidade, após cada encontro, para uma avaliação dos trabalhos realizados.

2 — Supervisão do Programa

É importante supervisionar qualquer trabalho de ação educativa, considerando-se que, por meio da capacitação dos recursos humanos, do acompanhamento e avaliação, chega-se às soluções mais adequadas aos problemas verificados.

Em termos práticos, propõe-se, para o programa de pré-escolar, atividades de supervisão direta e indireta.

A supervisão direta inclui:

— freqüentes reuniões, com as COEST/COTER/COMET ou COMUN e os elementos responsáveis pelo desenvolvimento do programa, objetivando orientar, propiciar a avaliação dos trabalhos realizados e possibilitar o replanejamento das atividades posteriores;

— visitas periódicas aos NEPE e GAPE, com o objetivo de conhecer a realidade de cada um dos Núcleos e Grupos; observar, avaliar o desempenho do monitor junto às crianças e verificar a situação em que ocorre o desenvolvimento das atividades realizadas pelas crianças;

— treinamento básico dos monitores dos NEPE e GAPE, objetivando capacitá-los e, assim, favorecer sua atuação junto à criança, família e comunidade em geral.

No entanto, vale ressaltar que, em virtude das próprias características que o NEPE e o GAPE apresentam, algumas diferenças podem ser assinaladas quanto à duração dos treinamentos e ao nível de aprofundamento dos temas/conteúdos tratados nessa ocasião.

Os monitores dos NEPE e de GAPE serão treinados em grupos de até 40 participantes, com uma carga horária mínima de 96 e 40 horas, respectivamente.

Os conteúdos/temas para o treinamento de monitores de GAPE serão os mesmos estabelecidos para os monitores de NEPE, devendo ser trabalhados, entretanto, conforme o número de horas previstas.

No que se refere à supervisão indireta, esta se dará: pela correspondência mensal entre o monitor e as coordenações, pelo envio, ao monitor, de publicações informativas sobre os conteúdos relativos ao pré-escolar e, também, de uma publicação elaborada pelo MOBRAL Central, com o objetivo de realimentar seu trabalho.

Caberá, essencialmente, ao Subsistema de Supervisão Global — SUSUG — realizar as atividades previstas para a supervisão — direta e indireta — do Programa Pré-Escolar.

Vale salientar, por fim, que ocorrerá também uma supervisão eventual às outras formas de atendimento ao pré-escolar.

8. conclusão

Consciente da problemática social que envolve a criança de populações carentes, o MOBRAL direciona sua ação no sentido de ampliar as ofertas de atendimento e educação pré-escolar. Esta ação tem finalidade em si mesma, não sendo considerada como mera etapa preparatória para o ensino de 1º grau.

Em sua proposta de atendimento, o MOBRAL

visa, sobretudo, a atender às necessidades, aos interesses e às características da clientela na faixa etária de 4 a 6 anos.

Trata-se, pois, de propiciar à criança brasileira o exercício de um direito inerente a todo ser humano: o acesso à oportunidade de melhor construir o seu desenvolvimento, a cada dia.

bibliografia

- 1 DEMO, Pedro. **Política social para a infância.** Brasília, 1981.
- 2 DIDONET, Vital. **Fatores de qualidade na educação pré-escolar.** Brasília, 1981.
- 3 MOBREAL. Gerência de Programas de Ação Comunitária. Documentos. Rio de Janeiro, 1980.
- 4 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- 5 GARCIA, Pedro Benjamim. Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.
- 6 ICBF, UNICEF. **Guia de trabajo para hogares infantiles.** Colômbia, v. 1.
- 7 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **III Plano Setorial de Educação 1980/1985.** Brasília, 1979.
- 8 BRASIL. Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro. **Reformulação de currículos.** Rio de Janeiro, v. 1, 1976.
- 9 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral/Comissão de Coordenação Geral. **Diretrizes de planejamento (Programação para 1982).** Brasília, 1981.
- 10 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. **Sistema de apoio e cooperação técnica às unidades federadas e municípios. Pré-Escolar. Documento preliminar.** Brasília, 1981.
- 11 _____ **O MOBREAL no pré-escolar.** Documento de diretrizes. Rio de Janeiro, 1981.
- 12 ROCHA, Ana Bernardes da Silveira. Educação pré-escolar e universalização do ensino de 1º grau. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, out./dez. 1976, n. 140, p. 471 - 480.

